

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 33 No. 3 Setembro – Dezembro 2020
Edição Especial: Gestão de Acervos Arqueológicos

ARTIGO

REPENSANDO AS VELHAS PRÁTICAS: TRANSVERSALIDADE E OS PAPEIS DA ARQUEOLOGIA E MUSEOLOGIA NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO PARQUE MUNICIPAL ARQUEOLÓGICO MORRO DA QUEIMADA – OURO PRETO, MG

Marcia Arcuri*, Jemima Rodrigues Costa**

RESUMO

O trabalho propõe uma reflexão sobre a interface entre os campos da Arqueologia e Museologia, no que tange às aproximações teóricas, às metodologias e às políticas públicas de preservação e gestão do patrimônio arqueológico. A reflexão fundamenta-se nos debates acadêmicos concernentes aos temas do patrimônio cultural, da memória social, dos territórios, das comunidades e do desenvolvimento local. Apresentamos dados obtidos nas atividades de pesquisa e extensão universitária que vêm sendo realizadas no *Parque Municipal Arqueológico Morro da Queimada*, com o objetivo de ampliar a discussão das estratégias de trabalho adotadas no enfrentamento cotidiano de desafios à pesquisa e gestão do patrimônio arqueológico da Serra de Ouro Preto.

Palavras-chave: patrimônio arqueológico; Ecomuseologia; Serra de Ouro Preto.

* Universidade Federal de Ouro Preto, Escola de Direito Turismo e Museologia, Departamento de Museologia, Laboratório de Estudos em Arqueologia, Patrimônio e Museologia Comunitária (DEMUL/UFOP). E-mail: marcia.arcuri@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2116-2132>.

** Laboratório de Estudos em Arqueologia, Patrimônio e Museologia Comunitária (DEMUL/UFOP). O trabalho apresenta dados da pesquisa de Iniciação Científica financiada pelo CNPq.

E-mail: jemimarcosta@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7391-3770>.

RETHINKING OLD PRACTICES:
 TRANSVERSALITY AND THE ROLES OF ARCHAEOLOGY AND MUSEOLOGY
 IN PRESERVING THE HERITAGE OF PARQUE MUNICIPAL ARQUEOLÓGICO
 MORRO DA QUEIMADA – OURO PRETO, MG

ABSTRACT

The work aims to discuss the entanglement between the fields of Archaeology and Museology, its theoretical approaches, methodologies, and public policies referring to the preservation and management of archaeological heritage. The reflection relies on academic debates concerning the themes of cultural heritage, social memory, territories, communities and local development. We present data from archaeological investigation and university extension activities that have been carried out in the *Parque Municipal Arqueológico Morro da Queimada*, intending to broaden the discussion of the work strategies adopted in the daily confrontation of challenges to the research and management of the archaeological heritage of the Serra de Ouro Preto.

Keywords: archaeological heritage; Ecomuseology; Serra de Ouro Preto.

REPENSANDO VIEJAS PRÁCTICAS:
 TRANSVERSALIDAD Y ROLES DE LA ARQUEOLOGÍA Y MUSEOLOGÍA
 EN LA PRESERVACIÓN DEL PATRIMONIO DEL PARQUE ARQUEOLÓGICO
 MUNICIPAL MORRO DA QUEIMADA – OURO PRETO, MG

RESUMEN

Proponemos una reflexión sobre la interfaz entre los campos de la Arqueología y la Museología, en sus enfoques teóricos, metodologías y las políticas públicas orientadas a la preservación y gestión del patrimonio arqueológico. La reflexión se basa en debates académicos sobre los temas de patrimonio cultural, memoria social, territorios, comunidades y desarrollo local. Presentamos datos de las actividades de investigación y extensión universitaria que se han realizado en el *Parque Municipal Arqueológico Morro da Queimada*, con el objetivo de ampliar la discusión de las estrategias de trabajo que hemos adoptado en el enfrentamiento diario de desafíos a la investigación y gestión del patrimonio arqueológico de la Serra de Ouro Preto.

Palabras clave: patrimonio arqueológico; Ecomuseología; Serra de Ouro Preto.

Pensar a pipa como um objeto é omitir o vento –
esquecer que ela é, antes de tudo, uma pipa-no-ar

Tim Ingold (2012, p. 33).

As reflexões apresentadas neste artigo são fruto de nosso interesse e participação nos fóruns acadêmicos promovidos pelo Grupo de Trabalho de Gestão de Acervos da Sociedade de Arqueologia Brasileira e pela Rede de Musealização de Acervos Arqueológicos e Etnográficos (REMAAE) nos últimos anos, encontros que trouxeram à tona a urgência de se enfrentar as velhas *estratigrafias do abandono* (BRUNO, 1995) do patrimônio arqueológico, as quais vêm ganhando cada vez maior adesão de pessoas e instituições. Atenta à transversalidade do patrimônio nos campos da arqueologia, da museologia e da conservação, a discussão aqui proposta não pretende ser resolvida, síntese crítica ou mesmo devidamente amadurecida¹. Nosso objetivo é apresentar alguns dados, metodologias e estratégias de trabalho que temos adotado no enfrentamento cotidiano de desafios à pesquisa e gestão do patrimônio arqueológico da Serra de Ouro Preto. Antes de abordarmos essa temática a partir da experiência no Parque Municipal Arqueológico Morro da Queimada (PMAMQ), faz-se necessário um pequeno recuo no tempo para lembrarmos alguns aspectos relevantes do processo de consolidação do campo de preservação do patrimônio cultural, entendendo que ele se deu sobre pilares até hoje indissociáveis de dois outros campos de forças, nem sempre congruentes: a Educação e o poder público.

Destarte, este artigo não propõe uma discussão aprofundada da trajetória de consolidação das políticas públicas sobre proteção do patrimônio cultural, em esfera nacional ou internacional, tema que em si permite múltiplas abordagens e consta em vastíssima bibliografia. O enfoque da discussão volta-se, efetivamente, para a reflexão sobre o lastro e a importância da Educação nas ações de preservação e fruição do patrimônio arqueológico, sobretudo em áreas em que o aproveitamento econômico de recursos ambientais e a vulnerabilidade socioeconômica de populações marginalizadas são tópicos convergentes e de interesse. A Serra de Ouro Preto é um entre tantos casos que poderiam ser avaliados pela perspectiva deste artigo. O recorte bibliográfico, por sua vez, reflete as abordagens teórico-metodológicas que nortearam as diretrizes de trabalho, aproximando os campos da Arqueologia e da Museologia nos últimos anos.

A relação entre a Arqueologia, a Museologia e a Conservação, e dessas com o desenvolvimento de políticas de gestão do patrimônio cultural, sempre foi intrínseca. Isso se deu tanto na prática como no universo de conceitos e de consolidação das disciplinas acadêmicas. No Brasil, a primeira escola técnica no campo da Museologia se deu com a criação do *Curso de Museus* no Museu Histórico Nacional, sob a direção de Gustavo Barroso, por meio do Decreto nº 21.129, de 1932. A formação voltava-se à preparação de “conservadores de museus” para atuarem como funcionários públicos no

¹ O artigo é fruto de reflexões que vêm ocorrendo a partir das práticas arqueológicas junto aos pesquisadores do Laboratório de Estudos em Arqueologia, Patrimônio e Processos Museológicos Comunitários, na interface com as ações do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto coordenadas pela professora Yara Mattos e a líder comunitária Nida Costa. A conservação arqueológica não é foco das ações do laboratório e é mencionada no texto apenas como referência da indissociabilidade das três áreas em que se estrutura este dossiê. Quando apontamos pontualmente a área da Conservação nesta discussão, não é com o intuito de tratá-la de forma equânime, na interface com os campos da Museologia e Arqueologia. Não nos consideramos aptos a isso e nem temos dados para contribuir nesse sentido. Nossa perspectiva, como abordado adiante nas experiências apresentadas sobre o Morro da Queimada, visa ressaltar a importância das ações educativas e comunitárias nos processos de salvaguarda dos bens arqueológicos, a partir de estratégias de fortalecimento das noções de pertencimento e identidade territorial que, estrategicamente, trabalhem com o valor coletivo do bem arqueológico.

Museu Histórico Nacional e no Museu de Belas Artes ambos localizados na cidade do Rio de Janeiro. Duas décadas mais tarde, a até então escola técnica ganhava status de curso superior, vinculado à Universidade do Brasil (GONÇALVES, 2007, p. 264).

A arqueologia, enquanto campo específico de formação e atuação, já se fazia presente naquele cenário, no panorama intelectual em que foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). A carta enviada por Mario de Andrade a Gustavo Capanema, então Ministro da Educação do governo Vargas, em 1935, é testemunho da estreita relação que os intelectuais responsáveis pela criação daquele órgão gestor estabeleciam entre o patrimônio cultural e a Educação, na esfera dos bens culturais e espaços públicos. Em sua particularidade, o patrimônio arqueológico foi um dos pilares dessa estruturação. A proximidade entre Mario de Andrade e Paulo Duarte, um dos pioneiros no desenvolvimento das áreas de ensino e pesquisa acadêmica e também de proteção jurídica do patrimônio arqueológico brasileiro (BRUNO, VASCONCELLOS, 1989; SUÑER; NEVES, 2020) certamente pesou nessa conquista. A obrigatoriedade de proteção do patrimônio arqueológico constou no artigo primeiro do Decreto-Lei nº 25 de 1937, décadas antes da promulgação da Lei 3.924, em 1961.

A Constituição Federal de 1934 foi o primeiro marco jurídico brasileiro a considerar as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico como competência da União, sendo a criação da Inspeção de Monumentos (Decreto nº 24.735 de 14 de junho de 1934) um passo fundador da política de preservação do patrimônio no Brasil (STELLO, 2013, p. 42). Nesse período, o país adentrava na Era Vargas; e (como nas décadas que sucederam), não apenas no contexto nacional, mas de forma expressiva nos países latino-americanos, os projetos de arqueologia estiveram fortemente atrelados aos interesses do Estado sobre o patrimônio arqueológico. Alguns cientistas pioneiros tiveram um papel fundamental nessa trajetória, trazendo contribuições importantes e referenciadas a partir de suas experiências e das especificidades regionais tão diversas do território nacional. Muitos nomes merecem reconhecimento pela contribuição dada no processo que atrelou as pesquisas científicas, as instituições museológicas, os sítios arqueológicos e a construção do marco legal de proteção do patrimônio arqueológico. Apenas como exemplo, citamos os trabalhos pioneiros de Luiz de Castro Faria, José Loureiro Fernandes e Paulo Duarte, lembrando também as importantes contribuições de João Alfredo Rohr e Igor Chmyz no sul do país, e de Mário Ferreira Simões e Raimundo Lopes na região norte.

O reconhecimento internacional e a influência estrangeira no olhar preservacionista que se criou no Brasil, inicialmente voltado aos monumentos como os sambaquis, as missões jesuíticas guaranis e os tesos Marajoara do rio Tapajós, não devem ser ignorados. Foram, contudo, as próximas gerações de arqueólogos envolvidos no PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas) que herdaram a responsabilidade de equilibrar suas práticas de campo com a consolidação das políticas de salvaguarda do patrimônio arqueológico. A partir da segunda metade do século XX, as atividades de pesquisadores espalhados pelas universidades e museus das diversas regiões brasileiras passaram a gerar um cenário completamente novo e desafiador às instituições responsáveis pela guarda do material arqueológico, ante ao acúmulo contínuo de novas coleções e acervos gerados ao longo de décadas.

A criação do Instituto de Pré-História na Universidade de São Paulo em 1952 e do primeiro curso de Graduação em Arqueologia na Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon/FAMARO, em 1975 (BEZERRA, 2009, p. 140)², são exemplos

² Originalmente o curso funcionaria na Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon/FAMARO, mas foi transferido para Faculdades Integradas Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, naquele mesmo ano.

institucionais do reconhecimento da proximidade entre a Arqueologia e a Museologia. Observadas suas particularidades, tais criações convergem sobre o tema da salvaguarda do patrimônio cultural, entendido como espaço comum, mas que representa apenas uma entre as tantas áreas de domínio específico que cada campo disciplinar deve cobrir. Hoje, os desafios colocados à formação, tanto de arqueólogos quanto de museólogos, incluem a demanda pelo fortalecimento do olhar transversal nos programas de graduação de ambas as áreas.

Extinto em 2000, o bacharelado da Faculdades Integradas Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, deixava aos programas de pós-graduação a responsabilidade pela formação profissional do arqueólogo, cenário que pouco durou perante o *boom* de criação de novos cursos de graduação. Como é notório, a Arqueologia foi alavancada por certo “furor mercadológico” decorrente da publicação da Portaria Iphan nº 230 de 2002, atrelada ao Programa de Aceleração do Crescimento lançado, em 2002, pelo Ministério do Planejamento do Governo Federal. Sem dúvida alguma, esse foi um momento inédito para as pesquisas, trazendo uma oportunidade de investimento na área e consequente demanda por força de trabalho jamais vista. As consequências para os museus foram, porém, drásticas. Hoje estamos frente ao desafio de equilibrar o ônus gerado à conservação e o inegável bônus ao conhecimento científico resultante dos investimentos nas pesquisas de campo. E, em se acolhendo os desafios, pode-se observar o amadurecimento dos cursos de graduação em Arqueologia, em face do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI), instituído pelo Governo Federal por meio do Decreto nº 6.096, de 2007³. Na mesma conjuntura, a criação do IBRAM em 2009 e a Política Nacional de Museus foram de suma importância para o fortalecimento da área de ensino da Museologia, com criação de nove novos cursos de graduação.

Infelizmente, no caso específico da Conservação, e nomeadamente da Conservação Arqueológica, o panorama da formação profissional parece ainda ser o “calcanhar de Aquiles”. Se o breve histórico até aqui exposto não deixa dúvidas sobre a teia de relações que envolvem a formação e atuação profissional de arqueólogos e museólogos – e o inerente compromisso com os mecanismos de salvaguarda do patrimônio cultural –, podemos dizer que a formação acadêmica e profissional de conservadores de bens arqueológicos, no Brasil, parece ainda uma realidade distante. E, também, o fortalecimento do marco legal com a publicação da Portaria Iphan nº 196 de 2019, que dispõe as normativas sobre a conservação dos bens arqueológicos, está longe de surtir impacto equivalente àquele causado pela “finada” Portaria Iphan nº 230. A postura política do atual Governo, que inclui franco ataque ao licenciamento ambiental, fechamento do Ministério da Cultura e perseguição às Universidades Públicas, acaba por deixar órfãos os arqueólogos, museólogos e conservadores que vêm, junto ao Centro Nacional de Arqueologia do Iphan, tentando aprimorar esse instrumento legal.

A MATERIALIDADE: O QUE IMPORTA?

De acordo com Harrison e Breithoff (2017), se a cultura material sempre foi de interesse de arqueólogos, o mesmo não pode ser dito para a subárea da arqueologia preocupada em entender a materialidade do e no mundo contemporâneo. Tal preocupação ganhou peso nos meios acadêmicos mais recentemente e, ainda que o enfoque recaia principalmente sobre contextos de meados do século XX para cá, não é o passado recente que demarca a especificidade da abordagem, mas a leitura do registro

³ Sobre este assunto, ver Bezerra (2009).

arqueológico como referência multitemporal. É por esse viés que analisamos os dados que apresentaremos sobre o Morro da Queimada, pelo entendimento de que realizamos uma Arqueologia do Presente, uma vez que

um ponto significativo do debate recai sobre o papel da disciplina arqueológica como um meio para explorar práticas sociomateriais contemporâneas em curso — a arqueologia se preocupa exclusivamente com o abandono, com as ruínas, ou pode ela também contribuir iluminando as práticas sociomateriais de hoje, engajando-se com o presente e com o futuro? (HARRISON; BREITHOFF, 2017, p. 1).

O debate entre as abordagens tradicionais da materialidade e as provocações contemporâneas sobre o engajamento das Humanidades no compromisso com as diferenças e com o reconhecimento das ontologias relacionais não é assunto novo; tampouco é o objetivo central desta reflexão, mas tangencia a discussão proposta.

Desde os anos 1960 e mais expressivamente a partir da década de 1980, as *viradas ontológicas* provocaram mudanças nas formas acadêmicas de se pensar e produzir conhecimento, algumas delas radicais. Apenas como referência ao avanço teórico no campo da Arqueologia (e sua autocrítica em face dos novos paradigmas pós-modernos), destacamos a edição de *Matter, Materiality and Modern Culture* (GRAVES-BROWN, 2000). Observamos, nos últimos quarenta anos, importante avanço teórico nos meios acadêmicos aqui em pauta, com significativas contribuições da Antropologia, Sociologia e Filosofia das Ciências. Especificamente na Arqueologia, não podemos deixar de lembrar a guinada na área alavancada pelo trabalho de Ian Hodder (KARLSSON; OLSEN, 2008). A partir dos pressupostos pós-processuais, perspectivas como da Arqueologia do Presente/Contemporâneo, Arqueologia Colaborativa, Arqueologia Comunitária ou a Etnografia Arqueológica vieram fortalecer um debate também travado, e de certa forma já amadurecido, na Museologia sobre as motivações e compromisso político das escolhas do quê e por quê preservar.

No campo museal, as abordagens da Nova Museologia (Museologia Social), da Ecomuseologia, da Museologia Comunitária e do Patrimônio Integral e Integrado sobre os bens culturais já vinham deslocando o foco do objeto para as pessoas nas três últimas décadas do século XX⁴. Seguindo a lógica dos territórios, tais abordagens são prismas atentos à pulsação das identidades, aos contextos de fronteiras, às tensões e às intercessões de múltiplos agentes e coletivos, aos conflitos, às disputas sociais e, claro, aos interesses nem sempre convergentes sobre os usos e atribuições dos espaços e das coisas públicas. Além disso, elas deitam o olhar sobre a valorização das vivências, das ressonâncias e subjetividades intrínsecas à relação entre as pessoas e o patrimônio cultural (GONÇALVES, 2005), tornando-se linhas de trabalho fortemente engajadas em compreender as forças políticas de interesse em sua preservação (GUARNIERI, 1990; BRUNO, 1995; CHAGAS, 1999; 2011; ABREU, 2007, MATTOS, 2007; WICHERS, 2010, SALADINO, 2010; RIBEIRO *et al.*, 2018; CHAGAS *et al.*, 2018, COSTA, 2019).

Igualmente às arqueologias compromissadas com as pessoas vivas, a museologia contemporânea, voltada às transformações e ao futuro, vem atuando especialmente nos contextos de maior potência e, paradoxalmente, também nos de maior fragilidade ou

⁴ Uma das precursoras, no Brasil, da inovação do paradigma teórico da Museologia foi Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. Dialogando com a Sociologia, ela se apropria do conceito de *fato social*, de Émile Durkheim, para propor o *fato museal*, expressando a relação entre o homem/sujeito – objeto/realidade – cenário/museu. Expandindo essa reflexão para o conceito de *patrimônio integral*, alavancado nos anos 1970 por Hugues de Varine e George Henri Rivière, bem como pela ótica fenomenológica de Teresa Scheiner, a Ecomuseologia e os processos museológicos comunitários podem ser entendidos pela tríade sujeitos/comunidades – cultura/patrimônio – território/museu. Sobre esse assunto, ver De Varine (2007), Brulon (2012), Carvalho (2014), Mattos e De Varine (2019).

violência social. Além dos enfoques atentos aos temas da justiça social, dos direitos humanos, do potencial de desenvolvimento inerente ao patrimônio cultural local; a museologia segue também alerta aos riscos de continuar ações de salvaguarda do patrimônio que nada mais fazem do que reificar a desigualdade, o apagamento de memórias e a exclusão social (GOULD, 2007; BRUNO; NEVES, 2008; FERREIRA, 2008; DHARMENDRA, 2011; HAMILAKIS, 2014; MATTOS; DE VARINE, 2019).

Assim, nos vemos diante de novas escolhas, pois a preservação do patrimônio não prescinde, e não deve prescindir, de escolhas. Arqueólogos, museólogos e conservadores não podem comprometer o sentido primeiro de se guardar ou lembrar, e, por isso, assumem a difícil responsabilidade de pensar parâmetros e metodologias de salvaguarda das memórias sociais. Se hoje a materialidade do patrimônio cultural passou a ser observada a partir de uma escala multitemporal (notadamente nos referenciais teóricos), novos desafios foram colocados ao tratamento dessa materialidade nos campos da Arqueologia, da Museologia e da Conservação e, por consequência, da gestão do patrimônio. De um lado, a teoria; de outro, as limitações da prática... Como dar um passo adiante no desafio da *práxis*?

Como observado inicialmente, a Educação e a “tutela jurisdicional” do patrimônio arqueológico sempre atuaram em terreno comum. Nem sempre, porém, os enfoques foram convergentes. Preferimos acreditar que, academicamente, alcançamos um ponto da estrada que não nos permite retorno. Contudo, na contramão encontramos o engessamento de mecanismos de proteção e gestão dos acervos⁵ arqueológicos. Herdeira de pressupostos positivistas, a ótica que caracterizou as ações de valorização e preservação do patrimônio arqueológico no Brasil foi, ao longo de quase todo o século XX, marcada pelo distanciamento entre o modelo moderno universalista adotado de exemplos estrangeiros de um lado, e a diversidade cultural, somada à desigualdade socioeconômica, de outro. Apesar dos esforços iniciais já mencionados – formalizados nas notórias ações de indivíduos como Mario de Andrade e Paulo Duarte, bem como Aloísio Magalhães e tantos outros –, o olhar das políticas públicas esteve quase sempre orientado pela lógica da linearidade, sobrevalorizando a preservação material de forma espelhada nos significados ou em funções originais; na autenticidade; e em “uma identidade” selecionada de objetos ou lugares atados a um passado conservador e oligárquico.

Na obra *Museus, patrimônios e diferenças culturais*, Regina Abreu (2007, p. 114) faz uma análise de como os museus e instituições do patrimônio apropriam-se da reflexão sobre os conceitos de cultura e, por extensão, de diversidade cultural – temática cujo espaço de excelência do debate foi quase sempre a academia – para incorporarem as diferenças culturais que marcam a “época da globalização”. Em termos Weberianos, trata-se de problemática centrada necessariamente no estudo da dominação e na construção de seus tipos (COHN, 1979), que se refletem nas formas de poder.

Como apontou Gabriel Cohn, o conceito de dominação em Weber é precedido pelo conceito de apropriação, uma vez que

na sua existência concreta, os homens sempre agem num contexto de carência, de escassez. A dominação deriva da apropriação diferenciada, e tornada legítima em

⁵ Vale ressaltar que entendemos a categoria de acervos arqueológicos de forma abrangente, sem dissociá-la do conceito de sítio arqueológico; nesse sentido, quando nesta discussão nos referimos a acervos arqueológicos, estão incluídos os sítios; territórios com potencial arqueológico identificado, porém não cadastrados; coleções não patrimonializadas, formadas em contextos rurais, ribeirinhos ou de territórios tradicionais; bem como outras coleções que carecem de um olhar diferenciado e melhor enquadramento perante o marco legal. Para aprofundar a discussão, ver Saladino e Costa (2015).

determinadas condições sociais, de bens materiais e ou simbólicos escassos... (COHN, 1979, p. 90).

Trazida ao universo da gestão patrimonial, esta é uma reflexão central na construção de políticas públicas, se considerados especialmente os aspectos de “apropriação legítima” e “escassez dos bens”, levantados por Max Weber (WEBER *apud* COHN, 1979, p. 90). Boaventura de Souza Santos e colaboradores, trinta anos mais tarde, ressaltam o contínuo de apropriação e violência e também de isenção do Estado de seu papel a regulador e emancipatório, que seguem ampliando “as gretas da linha abissal”, abrindo brechas à ascensão do fascismo social (SOUSA SANTOS; MENESES, 2010, p. 37).

As instituições e profissionais ligados ao patrimônio arqueológico lidam, em suma, com a difícil tarefa de incorporar novas formas de pesquisa e gestão que, em um só tempo, respeitem as conquistas e contestem as desigualdades de uma sociedade mundial globalizada e plural. Almejar a eficácia dos mecanismos de salvaguarda do bem cultural público é tão estratégico quanto saber identificar e respeitar as alteridades ontológicas a ponto de não se reconhecer naquilo que se coloca como escolha. São processos que devem ser balizados pelas práticas “preocupadas com o contexto histórico e social da produção de conhecimento, com a subjetividade e [com o] comprometimento com os grupos sociais” (CARNEIRO, 2009, p. 87). O que mais importa é pensar, cuidar e viver a materialidade como expressão do que não podemos apagar ou esquecer, sendo a luta contra a amnesia social.

PARQUE MUNICIPAL ARQUEOLÓGICO MORRO DA QUEIMADA: PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA TRANSVERSALIDADE DO PATRIMÔNIO

O Parque Municipal Arqueológico do Morro da Queimada (PMAMQ) é localizado pelas coordenadas geográficas⁶ 20 22'52" S e 43 29'37" O, na Serra de Ouro Preto, flanco sul do Anticlinal de Mariana (SOBREIRA; FONSECA, 2001, p. 2). A poligonal do parque circunda uma área de aproximadamente 125 hectares. Sua implantação, no sudoeste do quadrilátero ferrífero, é de extrema relevância ambiental, dado o posicionamento entre as nascentes de formação das bacias hidrográficas do rio das Velhas e rio Doce. Seu território, fortemente marcado pela presença de veios auríferos e de outras riquezas, como quartzitos, itabiritos, ferro, filitos e xistos, vem sendo minerado há pelo menos 300 anos, desde a chegada dos colonizadores paulistas à região, no final do século XVII.

Ao longo de toda sua extensão, o PMAMQ dispõe de um conjunto expressivo de ruínas que remetem aos primórdios da mineração no antigo Arraial do Ouro Podre, então propriedade de Paschoal da Silva Guimarães. O arraial foi incendiado em 1720 a mando do Governador da Capitania, Conde de Assumar, em represália ao envolvimento de Paschoal, seus escravos e libertos na Sedição de Vila Rica; desde então a área passou a ser conhecida como Morro da Queimada. Ali também se encontram ruínas de sucessivas ocupações e abandonos ocorridos ao longo dos séculos seguintes, dinâmicas que ocorreram até precisamente o ano de 2009, quando foi criado o PMAMQ por meio do Projeto de Lei Municipal nº 465 de 29 de dezembro de 2008. No mesmo período de criação do PMAMQ, algumas famílias cujas casas estavam dentro da área delimitada do parque foram desapropriadas; além disso, o poder público também estabeleceu um Conselho Administrativo para o parque, constituído por representantes da Prefeitura

⁶ As coordenadas mencionadas no texto referem-se a coordenadas “centrais” de referência, ponto estabelecido na entrada da cavidade de mina do “Campinho das Vassouras”.

Municipal de Ouro Preto, do Iphan, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e da Associação de Moradores do Morro da Queimada (MATTOS, 2007).

A poligonal do PMAMQ faz divisa com as comunidades dos bairros Morro São João, Morro São Sebastião, Morro Santana e Morro da Queimada, estando também o bairro da Piedade nas suas imediações, mas sem estabelecer divisa com essa área (Figuras 1 e 2). O sítio arqueológico Morro da Queimada está inscrito no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos sob o nº MG01005.

Figura 1 – Poligonal do Parque Municipal Arqueológico Morro da Queimada (PMAMQ), delimitando fronteira com os bairros de entorno. Fonte: Google Earth (15/09/2020).



Figura 2 – Ruínas arqueológicas do PMAMQ. Foto: Marcia Arcuri (2019). Acervo: LAPACOM.



Os desafios para a gestão pública do PMAMQ não são poucos. Desde o tombamento municipal da área, muito pouco se alcançou nos aspectos da salvaguarda do patrimônio arqueológico e ambiental, e ainda menos na requalificação da área para usufruto da população. Em dez anos foram desenvolvidos alguns projetos interdisciplinares, apoiados pela Lei Rouanet, os quais visavam à estruturação do parque para fins de lazer, turismo e pesquisa. Alguns excelentes profissionais estiveram engajados nos processos de discussão e desenho do projeto executivo, mas limitações, ingerência e a falta de interesse ou de investimento municipal levaram à aplicação de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) pelo Ministério Público Estadual, em 2015. Desde então a área foi cercada com arame farpado (parte da cerca já não existe), houve mudança de cadeiras no Conselho, novos atores “entraram em cena” (nós estamos entre eles) e, mais recentemente, foi publicado novo texto de Lei ampliando a poligonal da área tombada e mudando categoria da Unidade de Conservação de *Parque Natural* para *Monumento Natural*⁷. Ante os desafios à gestão do “Monumento”, o parque permanece como uma expectativa aos moradores dos bairros e está ainda por ser efetivamente implantado.

Em 2015, criamos um programa de pesquisas e extensão universitária voltado ao território compreendido pelo PMAMQ e seu entorno. Desde então, coordenamos projetos acadêmicos articulados pela Coordenadoria de Arqueologia do Laboratório de Estudos em Arqueologia, Patrimônio e Museologia Comunitária (LAPACOM), do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto (DEMUL/UFOP), sempre em diálogo com as ações da Coordenadoria de Museologia Comunitária (liderada pela professora doutora Yara Mattos), e mais recentemente, pela Coordenadoria de Patrimônio e Paisagem (à cargo da professora doutora Fernanda Alves de Brito Bueno⁸). Esses projetos vêm recebendo incentivo por meio de editais promovidos pela Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PROPI); e pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Ouro Preto (PROEX - UFOP). A maioria das pesquisas foi financiada pelas agências de fomento FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – e CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Em conjunto, as iniciativas institucionais, o empenho dos docentes, discentes e pesquisadores vinculados ao LAPACOM, bem como o essencial engajamento de lideranças comunitárias em nossos projetos possibilitaram o início de um processo de fortalecimento das ações de preservação e gestão do patrimônio arqueológico do Morro da Queimada. Desde o início, esse processo se deu na interface com o Ecomuseu da Serra de Ouro Preto, diante do objetivo comum de promover desenvolvimento socioeconômico das comunidades dos bairros envolvidos. As estratégias estabelecidas pela Coordenadoria de Arqueologia do LAPACOM fundamentam-se nos referenciais teórico-metodológicos adotados pela Arqueologia Comunitária, pela Etnografia Arqueológica e pela Arqueologia do Presente/Contemporâneo, de forma também alinhada com a Museologia Comunitária e com a Ecomuseologia.

Diante da impossibilidade de tratar em detalhe todos os projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos nos últimos seis anos, optamos por apresentar os três principais eixos de ação, selecionando alguns dos resultados alcançados e considerando a importância da transversalidade dos projetos. Os objetivos centrais das ações foram:

⁷ Em 2019 o antigo Parque Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada passou a Monumento Municipal Arqueológico Morro da Queimada. Tratou-se de proposta apresentada pelo Conselho Gestor do Parque, que passou por audiência pública e por deliberação no CODEMA, antes da aprovação na Câmara Municipal de Ouro Preto.

⁸ A Coordenadoria de Patrimônio e Paisagem integra o Departamento de Arquitetura, Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto.

- Realizar levantamentos, mapeamentos e análises dos registros arqueológicos do PMAMQ;
- Realizar o mapeamento afetivo das relações que as comunidades que habitam o entorno do parque estabelecem com esse território;
- Realizar etnografias arqueológicas junto aos moradores da Serra de Ouro Preto.

O primeiro eixo mencionado caracteriza-se pelas atividades de levantamento arqueológico: mapeamento dos setores, registros e estruturas (de superfície e subsuperfície); estudo detalhado das áreas de concentração de material; programa de triagem, higienização, pesquisa e acondicionamento do material arqueológico em laboratório – no âmbito das ações do Laboratório de Conservação e Restauro do Departamento de Museologia, situado no Museu de Ciência e Técnica da UFOP –; bem como o monitoramento das condições de conservação das ruínas e estruturas arqueológicas do Morro da Queimada. Para alcançar esses objetivos, são empregadas metodologias de prospecção arqueológica de caráter interventivo e não interventivo, em atividades semanais de campo com posterior estudo, tratamento e sistematização de dados em laboratório. Este eixo de trabalho também inclui ações estratégicas de observação remota por satélite e a utilização de ferramentas de georreferenciamento em campo, em parceria com pesquisadores de áreas afins que também atuam na Universidade Federal de Ouro Preto, no Instituto Federal de Minas Gerais em Ouro Preto e na Universidade Federal de Minas Gerais.

O segundo eixo de trabalho, voltado ao mapeamento afetivo das relações que as comunidades que vivem no entorno do sítio arqueológico Morro da Queimada estabelecem com o território do Parque Arqueológico Morro da Queimada, visa ampliar o leque de leituras e percepções do lugar para além das fronteiras conceituais das ciências modernas, em especial no que tange aos sentidos atribuídos às estruturas arqueológicas que mais se destacam na paisagem, como o “Moinho de Vento”, exemplo, que será abordado com maior profundidade a seguir. Neste eixo, a Arqueologia Comunitária vem despontado como caminho profícuo em nosso trabalho desde o início das pesquisas, por nos permitir estabelecer constante diálogo com as ações de extensão. O mapeamento afetivo é, assim, o alicerce do programa de gestão do patrimônio arqueológico do Morro da Queimada coordenado pelo LAPACOM e, muitas vezes, a bússola norteadora da pesquisa. Indispensáveis em todos os nossos projetos, o estudo e o fortalecimento das relações de pertencimento que as pessoas estabelecem com o lugar indicam o caminho mais lógico e sustentável de preservação do patrimônio arqueológico da Serra de Ouro Preto, porque

ao protagonizar as comunidades no palco de atuação das pesquisas... [a Arqueologia Comunitária] oferece-lhes oportunidade para experimentar e discutir a especificidade histórica e antropológica de suas identidades culturais e as relações que elas entabulam com patrimônio local (FERREIRA, 2008, p. 65).

O terceiro eixo de pesquisas recai sobre o potencial de realização das etnografias arqueológicas na Serra de Ouro Preto. É o eixo mais recente no âmbito de nossas ações, contando atualmente com apenas um projeto de Iniciação Científica, em continuidade desde 2018. Como visto, as etnografias arqueológicas são estudos de caráter transdisciplinar que reposicionam as bases ontológicas e epistemológicas da disciplina, propondo leituras do registro material que vão além dos “significados” propostos pela ótica científica com raízes na modernidade ocidental, ótica essa que pautou boa parte das narrativas arqueológicas oficiais. Considerando-se que essa prática está atenta às conotações políticas da pesquisa sobre o passado/presente material, e que se abre a

discursos engajados com a reflexão crítica sobre as “representações do patrimônio cultural”, não é surpreendente que a etnografia arqueológica vem se tornando indispensável à implantação do PMAMQ, uma vez que se trata de uma prática que transcende as fronteiras entre o pesquisador e seus diversos públicos (HAMILAKIS; AGNOSTOPOULOS, 2009, p. 65).

Com o avanço das atividades de campo nos últimos anos, sobretudo nas prospecções realizadas na área do PMAMQ, tornou-se evidente a necessidade de se criarem estratégias para as ações de preservação das ruínas, bem como dos vestígios materiais a elas associados que foram sendo identificados. Na Figura 3, observam-se fragmentos de artefatos cerâmicos que são encontrados com frequência no parque, próximos a estruturas que possivelmente compuseram antigas áreas habitacionais, e também em galerias e cavas das antigas atividades mineradoras. Igualmente, as prospecções revelaram a presença expressiva de materiais relacionados ao descarte contemporâneo de objetos pessoais, como sapatos e roupas, reforçando o uso cotidiano daquele espaço por membros das comunidades vizinhas, como retomaremos adiante.

Figura 3 – Vestígios cerâmicos encontrados no solo contíguo a edificação em ruína do PMAMQ. Foto: Marcia Arcuri (2019). Acervo: LAPACOM.



A materialidade dos vestígios encontrados no sítio arqueológico Morro da Queimada nos coloca um duplo desafio: de um lado, perceber os sentidos multitemporais do patrimônio arqueológico, entendendo a transversalidade dos processos de formação e de leitura do registro arqueológico nos diferentes contextos históricos e políticos dos últimos trezentos anos; de outro, atender às demandas de estudo e gestão desse patrimônio, o que implica pensar as cadeias operatórias de musealização da arqueologia, entendendo as consequências da remoção dos vestígios de seus contextos deposicionais, para, então, iniciar um longo processo de higienização, triagem, análise e documentação em laboratório, com posterior acondicionamento do material, e só então garantir a socialização do conhecimento por ele gerado. Esse é um longo e custoso caminho da

pesquisa que exige tempo, recursos, paciência e continuidade, mas, acima de tudo, exige pactuar com os envolvidos. Por esse motivo, não pode correr de forma dissociada das ações de sensibilização e do engajamento das comunidades interessadas nesses mesmos processos.

O "MOINHO DE VENTO"

Entre as inúmeras ruínas mapeadas nas delimitações do Parque Municipal Arqueológico Morro da Queimada, há uma estrutura conhecida popularmente como Moinho de Vento, que se destaca pelas características singulares e pela localização em um dos pontos mais altos da Serra de Ouro Preto e de fácil acesso pelos bairros Morro São João, Morro Santana e Morro São Sebastião. Com formato cilíndrico, composta por canga e adobe, a estrutura apresenta nos perfis de suas paredes a sobreposição de camadas de materiais distintos, com interposição de lentes de quartzito em determinados pontos. A estrutura possui altura de 4m em seu ponto mais alto; no seu interior há uma composição de degraus em 90° que acompanha a lateral da estrutura (Figuras 4 e 5); as paredes apresentam várias perfurações que aparentemente tiveram a função de sustentar vigas de madeira. Há também uma abertura no solo com profundidade de aproximadamente 1,5m semelhante a um sarilho e a outras perfurações observadas no trajeto de acesso ao Moinho. Ao chegar na estrutura, alcançamos uma vista panorâmica da cidade de Ouro Preto, que cobre desde a Serra do Espinhaço até o Pico do Itacolomy, sendo esse um dos fatores que atrai número significativo de visitantes, entre turistas e moradores da cidade.

Figura 4 – Fenda na estrutura arqueológica "Moinho de Vento" do PMAMQ.
Foto: Jemima Costa Rodrigues (2019). Acervo: LAPACOM.



A presença constante de visitantes se apresenta como um dos desafios no que concerne à conservação/musealização da estrutura, pois seu entorno oferece riscos. Nas atividades de campo, é comum observarmos pessoas "escalando" a estrutura, bem como a realização de queimas em fogueiras que foram construídas recentemente em seus

arredores. Como mencionado, essa é uma entre dezenas de estruturas que compõem o sítio arqueológico Morro da Queimada (e, entre as centenas que integram o complexo arqueológico da Serra de Ouro Preto). Selecionamos os trabalhos a ela relacionados como forma de destacar questões acerca dos desafios apresentados na gestão desse patrimônio.

Grande parte das estruturas mapeadas no Morro da Queimada apresentam características que nos permitem identificá-las como marcas das antigas atividades de mineração. O levantamento documental e bibliográfico permitiu-nos identificar, no entanto, que o Moinho de Vento se assemelha a exemplares estrangeiros de estruturas de moagem por força eólica, que foram empregadas no processamento de grãos. Isso nos levou a levantar a hipótese de que, no caso do Morro da Queimada, o referido moinho teria sido utilizado como estrutura de apoio ao abastecimento de um possível agrupamento populacional, que se dedicava à exploração daquele território. A essa hipótese, que é reforçada pela presença de vestígios de estruturas aparentemente domésticas próximas ao local, somam-se relatos de expedições, como os registrados por Saint-Hilaire (1883) e Von Eschwege ([18XX]1979), que nos trazem um panorama acerca da dimensão que Vila Rica e seus arraiais alcançaram durante os períodos de maior expressão da mineração, isto é, entre os séculos XVIII e XIX. Nesses relatos, destacam-se ainda as narrativas que descrevem as modificações fisiográficas ocasionadas pelas lavras abertas nas encostas da Serra, pelos aquedutos, mundéis e demais elementos do conjunto arquitetônico destinado à apuração da lama, construídos a partir de tecnologias africanas trazidas pelos escravos. Os relatos mencionam também edificações relacionadas aos assentamentos, como moradias com locais onde deveriam cultivar pequenas roças e criar animais.

Figura 5 – Moradores discutindo possíveis funções da estrutura “Moinho de Vento” durante oficina realizada no Fórum Permanente de Sustentabilidade das Cidades Históricas / Festival de Inverno de Ouro Preto, Mariana e João Monlevade da Universidade Federal de Ouro Preto, em julho de 2019. Foto: Marcia Arcuri (2019). Acervo: LAPACOM.



Os dados da investigação sobre o Moinho de Vento são ainda incipientes, não estando claro se os recursos oferecidos pelo ambiente foram exauridos pela aplicação de técnicas de exploração e quando isso teria se dado. Podemos inferir sobre a possibilidade de abandono da estrutura (como sistema de moagem de grãos) mediante extinção dos

recursos ao seu entorno e em decorrência do levante que marcou a Sedição de Vila Rica em 1720, porque

[i]ndependente de quais tenham sido as técnicas de mineração utilizadas, o processo extrativo nas Minas do século XVIII produziu intensas transformações no ambiente, quando considerados aspectos como a paisagem, o relevo e a hidrografia. A destruição da cobertura vegetal, o deslocamento de grandes volumes de sedimento, o ressecamento dos cursos d'água, são alguns dos mais expressivos impactos provocados pela mineração (GUIMARÃES; MORAIS, 2018, p. 86).

Em relação às possíveis interpretações arqueológicas da estrutura e da área de entorno do moinho, será fundamental realizar prospecções de subsuperfície e escavações que nos permitam avançar na pesquisa. Está prevista, por exemplo, a realização de análises de fitólitos para averiguar a possível presença de amido de milho ou outros elementos que permitiram confirmar o uso original da estrutura. Porém, como mencionado, nossa metodologia de trabalho priorizou a aproximação com as comunidades que vivem no entorno do parque e, portanto, em nossas atividades optamos por não realizar intervenções arqueológicas antes de alcançar o engajamento de moradores dos bairros Morro São João e Morro Santana, contíguos ao principal acesso do parque em que se localiza o moinho. Em paralelo à pesquisa, realizamos atividades de extensão cadastradas no *Programa Vida nos morros: patrimônio, cultura e sociedade no Parque Municipal Arqueológico Morro da Queimada*, vinculado à Pró-reitoria de Extensão e Cultura da UFOP. Essas atividades integram uma ação em continuidade por quatro anos, com turmas da Escola Municipal Juventina Drummond, entre o 6º e o 9º anos.

As ações vinculadas à Educação abrem caminho para o fortalecimento da gestão patrimonial. Considerando nossa experiência nas oficinas realizadas na Escola Juventina Drummond, não nos pareceu surpreendente que as crianças que moram nas cercanias do Moinho de Vento revelaram que nunca estiveram na área do PMAMQ (exceto duas delas). Também para muitos adultos moradores dos bairros em foco, as ruínas arqueológicas e o próprio moinho pouco reverberam, em suas falas, quando sondamos sobre suas referências culturais. É importante destacar que para as comunidades envolvidas na pesquisa área do parque é muitas vezes referenciada como um território perigoso, seja pelo risco de queda em um dos sarilhos ou pelo “estado de abandono”. Em geral, o parque é acessado por moradores jovens e adultos, sobretudo homens que ali estabelecem uma relação com o ambiente de aproveitamento de recursos (pedras de canga, água, espécies vegetais utilizadas em sistemas construtivos) ou como área de descarte de entulho. À exceção do Campinho das Vassouras, de fácil acesso pelo bairro Morro da Queimada, onde se dá o tradicional jogo de bola, o uso do parque como área de lazer é raro e se dá, quase exclusivamente, por turistas e moradores de bairros mais distantes.

Ainda sobre o Moinho de Vento, as idas a campo para o estudo e detalhamento técnico da estrutura configuraram-se como “ações pretexto” (DE VARINE, 1987), suscitando nova perspectiva de análise, bastante diferente da inicialmente proposta no projeto de pesquisa. Isso porque a presença em campo trouxe-nos outra dimensão, que incorpora relações hoje estabelecidas por grupos religiosos com aquele espaço. Logo nos primeiros meses das atividades de reconhecimento, notamos, nas adjacências do moinho e também no caminho de acesso à estrutura, a presença de vestígios de fogueiras que eram constantemente reutilizadas em ritos religiosos. Nessas fogueiras, identificamos um padrão de materiais frequentemente presentes entre as cinzas e resquícios das queimas. Eram panfletos de igrejas protestantes, pedidos de orações, alianças entrelaçadas, cruzes pequenas de madeiras, restos de medicamentos e bulas, boletos bancários, cartas de fiéis, chaves e pingentes com inscrições bíblicas, etc. (Figuras 6 e 7). Alguns desses vestígios

também foram encontrados dispostos sobre a ruína, e nenhum deles foi recolhido, em respeito aos ritos e com fins de evitar o afastamento de tais grupos.

Figura 6 – Cruz de madeira encontrada entre as cinzas de fogueira próxima ao “Moinho de Vento” do PMAMQ. Foto: Jemima Rodrigues Costa (2019). Acervo: LAPACOM.



Figura 7 – Pingente com inscrição “Tu me cercas por trás e por diante e sobre mim pões as mãos – Salmo 135:9”, encontrado em fogueira próxima ao “Moinho de Vento” do PMAMQ. Foto: Jemima Rodrigues Costa (2019). Acervo: LAPACOM.



A prática de subir a montes ou locais de maior altitude para fins ritualísticos é comum em muitos segmentos religiosos e está associada à compreensão de aproximação com o divino. Tal prática é mencionada em livros bíblicos, como em Gênesis 22:2, Êxodo 19:24, João 6:3, Lucas 22:39. Em alguns dos objetos, observamos também inscrições como, por exemplo, “*Não temas eu sou teu escudo e teu guardião, será sobremodo grande*” e “*tu*

me cercas por trás e por diante e sobre mim pões a mão”, referentes às passagens bíblicas Gênesis 15:1 e Salmos 139:5, dos textos evangélicos.

Diante da presença constante dessas pessoas, e da opção pelo viés metodológico da Arqueologia Comunitária como pressuposto para as ações de pesquisa desenvolvidas no território do PMAMQ (área notadamente marcada por tensões e conflitos), passamos a investigar e refletir sobre a produção material recente dos grupos que mais acessam aquele território. Do mesmo modo que no moinho, encontramos com frequência a presença de materiais de uso cotidiano em outros espaços do parque. Especialmente, destaca-se quantidade significativa de ferramentas e utensílios empregados pelo garimpo (figura 8). Esses diagnósticos nos levaram a propor, como no caso do moinho, um projeto de pesquisa específico, referenciado na Etnografia Arqueológica, com os antigos mestres garimpeiros e outros indivíduos que ainda garimpam na Serra de Ouro Preto.

Figura 8 – Peneira encontrada dentro de cava de mina do PMAMQ, junto a outras evidências de atividades corrente de garimpo. Foto Marcia Arcuri (2019). Acervo: LAPACOM.



Em andamento, o projeto ainda se encontra em fase inicial, que consiste no fortalecimento das relações com os garimpeiros. De todo modo, os resultados da primeira etapa do projeto são interessantes para entendermos a importância de dar continuidade às ações de aproximação com esses atores, o que pode ser observado, por exemplo, a partir das palavras de Maíla Ambrósio, aluna que foi responsável pela pesquisa de Iniciação Científica na primeira etapa do projeto:

Nascido e criado na cidade de Ouro Preto, o senhor Itamar⁹, em toda sua vida, escutou histórias de seus antepassados, que foram escravizados durante o auge da era aurífera de Ouro Preto. Itamar cresceu rodeado pela cultura do garimpo, mas foi somente na década de 1970, quando desempregado, com nove filhos para criar, que o garimpo tornou-se algo essencial em sua vida. Hoje com 78 anos de idade, aposentado pela Universidade Federal de Ouro Preto, Itamar leva uma vida calma e com orgulho diz que foi o garimpo que construiu sua casa e alimentou seus filhos, e que, apesar de ter sido levado pela necessidade, não teria feito escolhas diferentes (AMBROSIO; ARCURI, 2019, p. 26).

⁹ Para preservar a identidade do entrevistado, criamos um nome fictício.

Atento à vida dessas pessoas, o projeto *Memórias Arqueológicas: da mineração ao garimpo no Morro da Queimada* procura incentivar o reconhecimento da atividade contemporânea de garimpo, com o objetivo de entender a possibilidade de fortalecer vocação do PMAMQ como território que acolhe os sujeitos de identidade e memória da mineração, no passado e no presente. Entendemos, ainda, que essas estratégias metodológicas em muito podem contribuir para a salvaguarda e gestão do patrimônio arqueológico, em sua relação com as demais referências paisagísticas do território em questão.

A presença das pessoas e dos vestígios de uso contemporâneo no território do PMAMQ tem tomado grande dimensão em nossas atividades de pesquisa, dimensão que buscamos tratar com a mesma relevância que aplicamos às metodologias da pesquisa arqueológica voltada a compreender os processos históricos da mineração ou das ocupações da Serra de Ouro Preto nos séculos passados. Temos em mente que o estudo material transcende a Arqueologia (LIMA, 2011, p. 12), demandando ações transdisciplinares na pesquisa da produção material pretérita e contemporânea. Os vestígios das vivências recentes com os quais nos deparamos em nossas incursões em campo representam algumas entre as diversas formas de relação que as comunidades dos bairros de entorno do parque estabelecem com seu território. Os relatos tornam evidente que os usos, observações, interpretações, experiências e construções da paisagem local favorecem a integração das análises multitemporais mediante uma abordagem do patrimônio que possibilita maior conexão entre as ações de pesquisa e de gestão, a partir do envolvimento da comunidade enquanto *produtora do e agente sobre* o patrimônio cultural.

Em *Arqueologias de futuros e presentes emergentes*, Harrison e Cabral (2018) exaltam o pós-processualismo em sua dedicação ao engajamento crítico com a produção do passado no presente. Em diálogo com a perspectiva colocada pelos autores, quando afirmam que Arqueologia se faz coprodutora dos passados e dos presentes, acreditamos que não cabe sobrepor um interesse ao outro, ou uma perspectiva teórica em detrimento de outra. O estudo simultâneo entre passado e presente pode trazer benefícios ao patrimônio local, compreendendo que território e paisagem estão em constante transformação. Nesse sentido, as pesquisas no PMAMQ contribuem não só para esclarecer entendimentos do passado minerador da região, mas para compreender novas dinâmicas de usos e os afetos estabelecidos pelas pessoas com o lugar, que não necessariamente corroboram o entendimento acadêmico ou legislativo sobre o patrimônio arqueológico local.

Essa abordagem, segundo González-Ruibal (2008), propõe ultrapassar os usos da etnoarqueologia aplicada como ferramenta para as teorias de alcance médio, utilizadas como subgrupo para fundamentação na análise de contextos históricos. A Arqueologia do Presente/Contemporânea, por si, desenvolve-se a partir do envolvimento do arqueólogo com os mecanismos que integram suas ações a outras forças dos campos político e social. A intersecção entre essa corrente da Arqueologia e da Arqueologia Histórica congrega possibilidades de interferência nas elaborações de políticas que podem beneficiar comunidades que, historicamente, são mantidas às margens das narrativas oficiais (HARRISON, 2018). É nessa medida que a aplicabilidade de metodologias atentas aos pressupostos da Arqueologia do Presente/Contemporânea se faz tão necessária quanto a busca da interpretação do passado. No contexto aqui analisado, trata-se de compreender que há uma comunidade que se relaciona com o território de forma particular e que sua produção é tão relevante quanto a produção material do período de exploração aurífera.

A Arqueologia Histórica tem seu papel fundamental no que consiste reconstruir discursos antes desprezados pelas narrativas históricas por meio de indícios que não

podem ser obtidos por fontes textuais (SYMANSKI; GOMES, 2013, p. 284). Em contrapartida, ao apontar a pluralidade ontológica, Harrison (2018) discorre sobre a construção de futuros através do engajamento de agentes humanos e não humanos, e aqui devemos incorporar a agência material (INGOLD, 2007), tendo em mente a arqueologia como coprodutora de passados, presentes e futuros. Sendo assim, a composição de patrimônios interfere diretamente na construção de narrativas, de políticas que impactam a vida de comunidades.

Portanto, incentivar o fortalecimento das relações de pertencimento dos indivíduos com o PMAMQ, entendendo as relações particulares que cada um desenvolve na sua interação com o espaço, bem como suas marcas e suas memórias, é investigar a materialidade em toda sua complexidade. Propor um trabalho norteado pela vertente das arqueologias engajadas no tempo presente pressupõe respeitar a relação que indivíduos estabelecem (ou preferem não estabelecer) com o patrimônio. O exemplo do Moinho é elucidativo, uma vez que indica como a Arqueologia e a Museologia encontram, na transversalidade e na multitemporalidade da estrutura, elementos suficientes para lembrar que essa materialidade não necessariamente significa, mas tem importância. Talvez essa seja a principal razão de preservá-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Regina. Tal antropologia, qual museu. *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 138-178, 2007.
- AMBROSIO, Maíla Marques; ARCURI, Marcia M. *Relatório de pesquisa de Iniciação Científica apresentado à Pró Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Ouro Preto*. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2019.
- BEZERRA, Marcia. Bicho de nove cabeças: os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil. *Revista de Arqueologia* n. 21, v.2., p. 139-154, 2008.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Parapanema*. São Paulo: FFLCH/USP, Tese de doutorado, 1995.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira; NEVES, Katina Regina Felipini (orgs.). *Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento: propostas e reflexões museológicas*. São Cristóvão: Museu de Arqueologia de Xingó, 2008, 185 p.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira; VASCONCELLOS, Camilo de Mello. A proposta educativa do Museu de Pré-História Paulo Duarte. *Revista de Pré-História*, São Paulo, n. 7, p. 161-82, 1989.
- CARNEIRO, Carla Gibertoni. *Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia*. São Paulo: MAE/USP. Tese de doutorado, 2009.
- CHAGAS, Mário de Souza. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. 1999.
- CHAGAS, Mário Souza. Museus, memórias e movimentos sociais. *Cadernos de sociomuseologia*, n. 41, 2011.
- CHAGAS, Mário Souza; PRIMO, Judite; ASSUNÇÃO, Paula; STORINO, Claudia. A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 55, n. 11, 2018.
- COHN, Gabriel. *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo: TA Queiroz, 1979.
- COSTA, Carlos Alberto Santos. Por políticas para a gestão e musealização do patrimônio arqueológico: uma escala de sentidos. *Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, v. 17, n. 1, p. 101-124, 2019.
- DE VARINE, Hugues. El ecomuseo. Una palabra, dos conceptos, mil prácticas. *Mus-A: Revista de los museos de Andalucía*, n. 8, p. 19-29, 2007.
- DHARMENDRA, Ben. Material Matters: The Moral Imperative for a Large-Scale Perspective within the Archaeology of the Contemporary Past. Bachelor of Arts (Honours), Department of Archaeology, School of Philosophical and Historical Inquiry, the University of Sydney, 2011.
- FERREIRA, Lúcio Menezes. Sob fogo cruzado: Arqueologia comunitária e patrimônio cultural. *Revista Arqueologia Pública*, vol 3, n. 1, p. 81-92, 2008.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes antropológicos* vol.11, n.23, p. 15-36, 2005.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. De la etnoarqueología a la arqueología del presente. In: SALAZAR, J.; DOMINGO, I; ASKARRÁGA, J; BONET, H. (Coord.). *Mundos tribales: una visión etnoarqueológica*. Valencia: Museo de Prehistoria, p. 16-27, 2009.
- GRAVES-BROWN, Paul. (ed.). *Matter, materiality, and modern culture*. Psychology Press, 2000.
- GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. *Cadernos museológicos*, v. 3, p. 7-12, 1990.

- GUIMARÃES, Carlos Magno; DE MORAIS, Camila Fernandes. Mineração, degradação ambiental e arqueologia. Minas Gerais, Brasil século XVIII. *Memoria Americana. Cuadernos de Etnohistoria*, vol. 26, n. 2, p. 82-101, 2018.
- HAMILAKIS, Yannis. *Archaeology and the senses: human experience, memory, and affect*. Cambridge University Press, 2014.
- HAMILAKIS, Yannis; ANAGNOSTOPOULOS, Aris. What is archaeological ethnography?. *Public archaeology*, v 8., n 2-3, p. 65-87, 2009.
- HARRISON, Rodney. On Heritage Ontologies: Rethinking the Material Worlds of Heritage. *Anthropological Quarterly*, v. 91, n. 4, p. 1365-1383, 2018.
- HARRISON, Rodney; BREITHOFF, Esther. Archaeologies of the contemporary world. *Annual Review of Anthropology*, 46. p. 203-221, 2017.
- HARRISON, Rodney; CABRAL, Mariana Petri Arqueologias de futuros e presentes emergentes. *Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 12(2), p. 83-104, 2018.
- INGOLD, Tim. Materials against materiality. *Archaeological dialogues* v.14, n.1, p. 1-16, 2007.
- INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida. *Horizontes Antropológicos*, n. 37, p. 25-44, 2012.
- KARLSSON, Håkan; OLSEN, Bjørnar (eds). 40 Years of Theoretical Engagement: A Conversation with Ian Hodder. *Norwegian Archaeological Review*, v. 41, n. 1, p. 26-42, 2008.
- LIMA, Tania A. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi de Ciências Humanas*, Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, 2011.
- MATTOS, Yára. Museus e o sentido universal do patrimônio. *Revista Museu*, v. 18, p. 1-3, 2007.
- MATTOS, Yara; DE VARINE, Hugues. La contribution des écomusées à l'éducation à l'environnement : Le cas de l'Écomusée de la Serra de Ouro Preto (Brésil). *Éducation relative à l'environnement*, vol. 15, n. 1 2019.
- RIBEIRO, Diego Lemos; TAVARES, Davi Kiermes; BRAHM, José Paulo Siefert. Entre a vida e a morte: cemitérios, em si próprios, são museus? *Interfaces Científicas-Humanas e Sociais*, v. 6, n. 3, p. 27-36, 2018.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Brasileira*, 1938.
- SALADINO, Alejandra. *Prospecções: o patrimônio arqueológico nas práticas e trajetória do IPHAN*. Rio de Janeiro, Universidade, 2010.
- SALADINO, Alejandra; COSTA, Carlos Alberto Santos. E agora, José? Reflexões sobre o estado da arte do patrimônio arqueológico no Brasil. *Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade*. Curitiba: Multideia Editora, p. 169-190, 2015.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do sul*. Coimbra, Almedina, 2010.
- SCHEINER, Tereza Cristina. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 7, n. 1, p. 15-30, 2012.
- SOARES, Bruno C. Brulon. A experiência museológica: Conceitos para uma fenomenologia do Museu. *Revista Museologia e Patrimônio*, n. 2, v. 5, p. 55-71, 2012.
- SOBREIRA, Frederico Garcia; FONSECA, Marco Antônio. Impactos físicos e sociais de antigas atividades de mineração em Ouro Preto, Brasil. *Revista Geotecnia*, n.92, 2001, pp. 5-28, 2001
- STELLO, Vladimir Fernando. *Além das Reduções: a paisagem cultural da região missioneira*. Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional apresentada à Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

- SUÑER, Rodrigo Almeida; NEVES, Eduardo Góes. Duarte, Paulo. In: Smith C. (eds) *Encyclopedia of Global Archaeology*. Springer, Cham. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-030-30018-0_206.
- SYMANSKI, Luís Cláudio P. Cerâmicas, identidades escravas e crioulização nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). *História Unisinos*, v. 14, n. 3, p. 294-310, 2010.
- SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira; GOMES, Flávio. Da cultura material da escravidão e do pós-emancipação: perspectivas comparadas em arqueologia e história. *Revista de História Comparada* vol.7, n.1, p. 293-338, 2013.
- VON ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig. *Pluto brasiliensis*. Universidade de São Paulo, 1979.
- WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. *Museus e antropofagia do patrimônio arqueológico:(des) caminhos da prática brasileira*. Lisboa: Universidade Lusófona, Tese de doutorado, 2010.